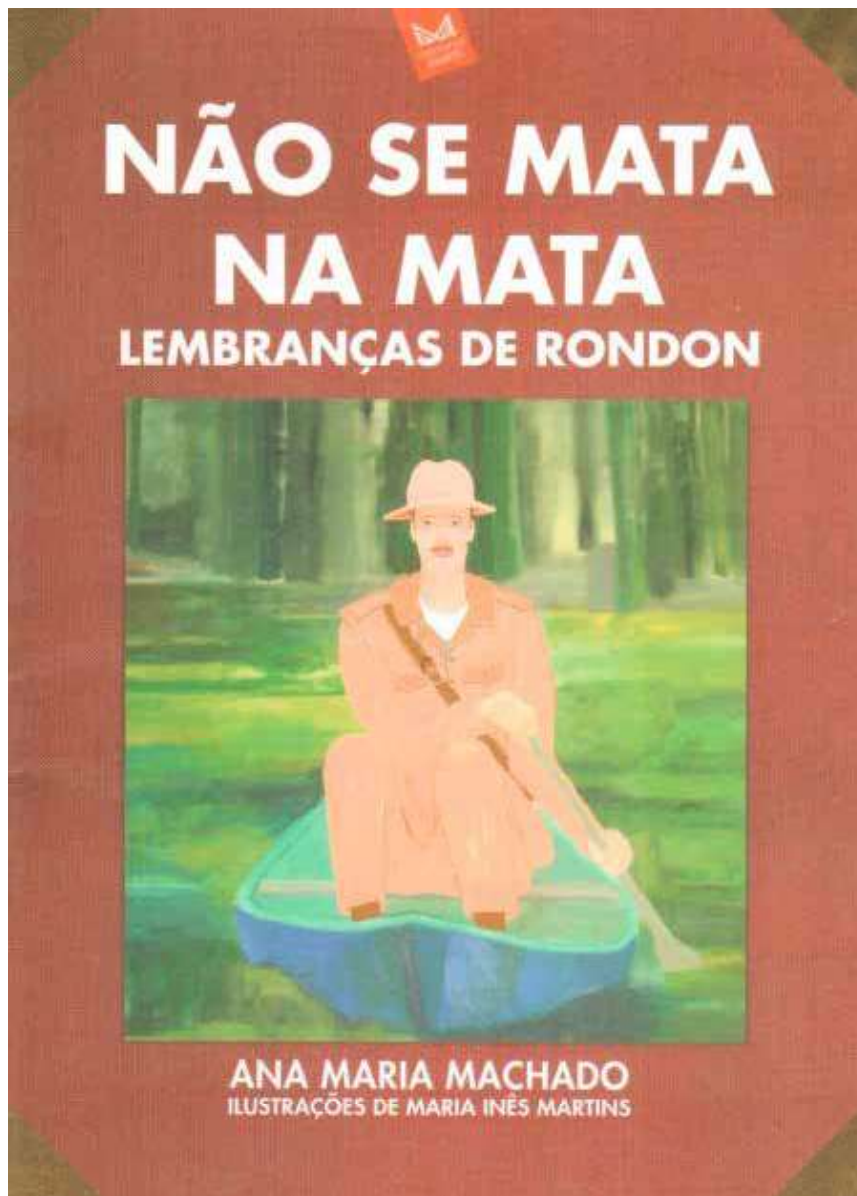


# NÃO SE MATA NA MATA: RONDON NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

*Anna Maria Ribeiro F. M. Costa*

*Rosemar Eurico Coenga*



# NÃO SE MATA NA MATA: RONDON NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

## DO NOT KILL THE KILLS: RONDON IN LITERATURE CHILDREN JUVENILE

*Anna Maria Ribeiro F. M. Costa*

Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, professora do Univag Centro Universitário e Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. E-mail: anna-edu@hotmail.com

*Rosemar Eurico Coenga*

Doutor em Teoria Literária e Literaturas pela Universidade de Brasília. Docente do Programa de Pós-graduação e Ensino UNIC/IFMT; E-mail: rcoenga@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa o livro paradidático *Não se mata na mata: Rondon na literatura infanto-juvenil*, de Ana Maria Machado, publicado em 2008 pela editora Mercuryo Jovem. A partir desse procedimento metodológico, tem como objetivo apresentar um percurso para o conhecimento das ações desenvolvidas pelo militar e indigenista Cândido Mariano da Silva Rondon em prol dos povos indígenas. Necessário se faz despertar no alunado para o entendimento das políticas governamentais direcionadas aos povos indígenas, com o intuito de conhecer esse segmento da população brasileira. A proposta tem início com uma discussão sobre a necessidade de os governos e a sociedade civil elegerem heróis para homenageá-los em datas específicas. Nesse percurso, faz uso das discussões de Miceli (1988) e Bolognesi e Puntoni (2012) para o entender as razões pelas quais essas pessoas são levadas ao pedestal da história do Brasil. O segundo momento da discussão analisa o referido livro para, então, apontar práticas didático-pedagógicas mais efetivas na formação do leitor. Também fornece maiores reflexões acerca da aplicabilidade da Lei 11.645/08, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio, em estabelecimentos públicos e privados. A discussão justifica-se à medida que, nos dias de hoje, ainda percebe-se que a temática indígena em sala de aula mostra-se pouco abordada, ocasionando um

expressivo desconhecimento sobre a história dos povos indígenas que atualmente habitam o território brasileiro.

**Palavras-chave:** Literatura infanto-juvenil. Ana Maria Machado. Cândido Mariano da Silva Rondon. Lei 11.645/ 2008.

**ABSTRACT:** This article analyzes the book *paradidactic not kill in the woods*: Rondon on children and youth literature, Ana Maria Machado, published in 2008 by publisher Mercuryo Young. From this methodological procedure, aims to present a path to knowledge of the actions developed by the military and indigenous Cândido Mariano da Silva Rondon in favor of indigenous peoples. Required if the student body is awakening to the understanding of government policies directed at indigenous people, in order to meet this segment of the population. The proposal begins with a discussion of the need for governments and civil society elect heroes to honor them on specific dates. Along the way, it makes use of discussions Miceli (1988) and Bolognesi and Puntoni (2012) to understand the reasons why these people are brought to the pedestal of the history of Brazil. The second moment of discussion analyzes the said book, then point most effective didactic and pedagogical practices in the player's training. It also provides further reflection about the applicability of Law 11,645/ 08, which deals with the mandatory teaching of history and african-Brazilian culture and indigenous in primary and secondary education in public and private establishments. The discussion is justified as, these days, yet it is clear that indigenous issues in the classroom appears to be little discussed, leading to a significant lack of knowledge about the history of indigenous peoples that currently inhabit the Brazilian territory.

**Keywords:** children's literature. Ana Maria Machado. Cândido Mariano da Silva Rondon. Law 11.645 / 2008

## INTRODUÇÃO

Temos aqui a intenção de discorrer sobre a vida e obra do indigenista de Cândido Mariano da Silva Rondon, com base o livro infanto-juvenil *Não se mata na mata, lembranças de Rondon*, de Ana Maria Machado. Não se trata de apresentar um texto biográfico, mas de sugerir estratégias didático-pedagógicas aos professores do ensino fundamental e médio, especialmente para atender o que preceitua a Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Em seu Art. 26-A, determina aos “estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, Lei 11.645, 2008).

Nos dias de hoje, constata-se que a temática indígena em sala de aula é insuficientemente estudada e, muitas vezes, pouco levada com a seriedade necessária. Se comparada aos demais conteúdos de história do Brasil, como por exemplo, a chegada da esquadra de Cabral ao litoral brasileiro, Conjuração Mineira, Independência do Brasil, Abolição da Escravidão, Proclamação da República, dentre outros, veem-se formas mecânicas que muitas escolas ainda ensinam história indígena. Debruçada sobre o passado e amesquinhada em informações desatualizadas e preconceituosas, quase nada se sabe sobre os povos indígenas que atualmente habitam o território brasileiro. Ao contrário, o que vem prevalecendo há décadas é a imagem do índio comemorada na efeméride do “Dia do Índio”, e esta ação ser suficiente para cumprir o que determina a lei, completamente descontextualizada de suas existências.

O Dia do Índio, 19 de Abril, foi criado por Getúlio Vargas, pelo decreto-lei nº 5.540, de 2 de Junho de 1943. O dispositivo legal atendeu ao que ficou estabelecido durante o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em Pátzcuaro, no México, em 1940. Idealizado para discutir políticas para zelar pelos direitos dos povos indígenas na América, naquele momento também propôs a todos os países americanos a adoção da data para homenagear os povos indígenas.

Insegurança e falta de precisão são estados que continuam a permear a ação pedagógica dentro das escolas, em razão da ausência de textos didáticos que possam dar subsídios às aulas e discussões. Isso porque, na maioria das vezes, os livros didáticos, em especial os do ensino fundamental, trazem o índio como mera ilustração, desarticulado de contextualizações históricas. Muitos educadores ainda prosseguem com conteúdos desconectados com a temática,

abordando apenas os fatos ocorridos no passado, não permitindo que os alunos aprofundem nas particularidades da vida indígena e em seu contato com os não índios.

Comumente, pessoas veem o índio como um “selvagem”, que não usa roupas e apenas os adornos e pinturas corporais cobrem seus corpos. No que diz respeito aos meios de subsistência, a caça e a pesca são as únicas formas de aquisição de alimento. Nem mesmo a agricultura tem destaque nesse item. E mais: de índole preguiçosa, fundamento advindo dos anos da colonização europeia, especialmente a portuguesa, quando o índio se recusou a trabalhar na condição de escravo.

Assim, cabe ao professor exercer um papel primordial na educação escolar de seus alunos diante da temática indígena. Nesse local, deve provocar discussões coerentes e contextualizadas historicamente, possibilitando que o aluno conheça sobre a riqueza das culturas indígenas existentes em seu Estado e no Brasil. A utilizar os dados do Censo Demográfico de 2010, pode apresentar uma parte do Brasil que é indígena, agora mais numerosa e mais diversa, diante a atenção maior dada aos povos indígenas: 879.000 pessoas que se autodeclararam índio, distribuídas em 305 etnias, falantes de 274 línguas.

A trama escriturística deste texto se propõe inicialmente a discutir sobre a necessidade que as sociedades têm, desde muito tempo, de eleger heróis. Nesse momento, Paulo Miceli, com o livro *O mito do herói nacional* (1988), e Luiz Bolognesi e Pedro Puntoni com *Meus heróis não viraram estátua* (2012), contribuem de maneira ímpar para entender como e porquê homens e mulheres, estas em menor número, são eleitos para serem colocados no pedestal da História do Brasil. “Mais do que enumerar fatos, personagens e datas, *Meus heróis não viraram estátua* convida o leitor a pensar sua própria realidade de forma crítica. E a escolher seus próprios heróis”. Ao alcançarem esse lugar, saltam de seu tempo para revelar seus tristes destinos e a dar exemplos de moral e civismo para salvar gerações posteriores. Suas ações consistem em lições de vida que devem ser apreendidas.

Por último, esta abordagem trata especificamente do livro *Não se mata na mata: lembranças de Rondon*, de Ana Maria Machado, momento em que toda a discussão se encontra presente no texto. Com o intuito de propor subsídios ao debate em sala de aula, busca também uma reversão de estigmas e esteriótipos que ainda operam no imaginário da sociedade brasileira.

## UMA NAÇÃO PRECISA DE HERÓIS?

Parece ser uma questão indiscutível: todo regime político cria sua galeria de heróis, com o intuito de exaltar personagens que sirvam de exemplo ao seu país. Por outro lado, cabe a todo cidadão examinar cuidadosamente quem são esses homens e mulheres que estão na berlinda, a chamar a atenção sobre si. A lembrar de Sócrates que já havia alertado que “uma vida sem esse exame não é digna de ser vivida” (PLATÃO, 1980, p. 22). Nas palavras do historiador francês Jacques Le Goff (1996, p. 17), em seu livro *História e Memória*, “a história deve forjar ferramentas, isto é, métodos, e submetê-los que à reflexão e à discussão”.

No Brasil, dos onze feriados nacionais (a terça-feira de Carnaval é caracterizada como data comemorativa), três são destinados a homenagear heróis/fatos históricos: 21 de Abril, que exalta a figura de Tiradentes, 7 de Setembro, Independência do Brasil, e 15 de Novembro, Proclamação da República. O historiador Paulo Miceli publicou, em 1988, o resultado de uma pesquisa realizada com 267 estudantes, do 6º ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio, quando foi verificada entre os entrevistados a popularidade de Tiradentes, que desde 1870 já havia um interesse dos republicanos em colocá-lo em lugar de destaque. Para Miceli, isso se deve ao fato de Tiradentes ser:

[...] o herói brasileiro por excelência, mais até do que Macunaíma, esse protótipo insuperável. Nele não parece haver qualquer coincidência entre consciência histórica, ação e resultados dessa ação. Tiradentes era pobre, feio, desprezado pelos poderosos e colecionador de fracassos profissionais. É só sair à rua para ver a infinita multidão de ‘tiradentes’ que desfilam, carregando no pescoço o laço invisível da condenação social. Além dessa indentificação imediata, Tiradentes saltou de sua condição para lutar por seus iguais, e se não conseguiu emancipá-los, ao menos ganhou lugar de destaque na história, o que – num país de tradição religiosa como é o Brasil – equivale à conquista do Paraíso, após uma vida de privações e sacrifícios.

Para a pergunta lançada – Uma nação precisa de heróis? – opiniões são divergentes. Em Brasília, na praça dos Três Poderes, Oscar Niemeyer projetou o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, um memorial cívico fúnebre para homenagear brasileiros e brasileiras que contribuíram para o engrandecimento do Brasil, recebendo o título de “herói nacional”. Dos heróis nacionais registrados no “livro



de aço”, o que recebe maior destaque é Tiradentes, em virtude da Inconfidência Mineira, sua imagem ligada aos ideais republicanos e a sua pena de morte.

Contudo, se para o dramaturgo alemão Bertolt Brecht “infeliz a nação que precisa de heróis”, para Cazuzza e Frejat, seus “*Heróis morreram de overdose*”, *confessaram em Ideologia*, composição musical de 1988. Mas, a resposta, certamente, é positiva, pois brasileiros buscam pessoas para homenagear, ainda que não haja unanimidade tanto na necessidade de se ter heróis como na escolha deles.

Em Cuiabá, estátuas estão espalhadas pelos seus quatro cantos, ainda que esquecidas em praças, jardins e canteiros centrais de avenidas e rodovias, quase invisíveis aos olhos dos transeuntes apressados. Vão desde pessoas que ocuparam lugares privilegiados na história do Brasil, até aquelas que não exerceram cargos da ordem política brasileira, como, por exemplo, Maria Taquara. E por que não incluir aqui os artistas de telenovela, jogadores de futebol, pilotos de fórmula 1, cantores, dentre outros? Na verdade, o fato de as pessoas necessitarem de eleger heróis ou heroínas para homenagear ou se inspirar não faz parte da condição humana. Isso porquê é algo que foi criado e incorporado por desejo ou imposição.

A História oficial, sob o viés Positivista, Bertolt Brecht, Paulo Miceli, Bolognesi e Puntoni, Cazuzza e Frejat, todos aqui citados, têm visões específicas da adoção ou não de heróis para estar à frente de uma nação, e de quem ser homenageado. Em Brasília, o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, memorial cívico fúnebre que homenageia homens e mulheres brasileiras, fez uma escolha logo ao nomear a arquitetura modernista com linhas curvas em forma de pomba.

A construção cenotáfia, batizada de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito por voto indireto, depois de vinte anos de regime militar, está localizada na Praça dos Três poderes e foi inaugurada na presidência de José Sarney, em 7 de setembro de 1986, data cívica que comemora a Independência do Brasil. Com o intuito de homenagear todos aqueles que se destacaram em prol da pátria brasileira, os nomes dos homenageados constam no Livro de Aço, também chamado de Livro dos Heróis da Pátria, ou seja, os heróis nacionais. O nome do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon encontra-se inscrito no Livro de Aço, pelo Projeto de Lei n. 562/2003, de autoria de Elimar Máximo Damasceno e, pela morosidade do Congresso Nacional, aprovado somente em 2015. Na justificção pode-se ler:

“Morrer se preciso for, matar nunca”. Esse lema immortalizou na história do País a figura ímpar de um homem que dedicou grande parte da sua vida à defesa intransigente dos direitos indígenas. Estamos nos referindo a Cândido Mariano da Silva Rondon – o Marechal Rondon.

No Brasil, dentre inúmeras homenagens, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística concedeu-lhe o título de Civilizador do Sertão e na passagem de Território para Estado, o Guaporé muda sua denominação para Rondônia. Para além do território brasileiro, por Albet Einstein, o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon foi indicado ao comitê do prêmio Nobel da Paz. Seu nome também aparece com letras de ouro nas páginas do Livro da Sociedade de Geografia de Nova Iorque, como explorador que percorreu mais profundamente em terras tropicais. Mas, e as crianças do Brasil, conhecem “nosso” herói e seus feitos?

Desde a infância, especialmente no espaço escolar, diversas figuras humanas são apresentadas aos alunos, pelos livros didáticos ou pelas datas cívicas, como “heróis nacionais” sem ao menos explicar as razões dessas escolhas. Nos dizeres de Paulo Miceli, a escola vem a ser “um viveiro de heróis”. Então, o que resta fazer? Cabe aos educadores e à família trazer à tona a vivência desses personagens e exercitar as crianças a fazer (ou não) suas próprias escolhas. O que vale é criar elementos que possibilitem ao aluno saber quem é a personagem, em que época viveu, quais interesses atendeu e, então, compreender o que o tornou “herói”.

Pode-se dizer que Cândido Mariano da Silva Rondon é um “herói nacional”. Justificativas existem de sobra e são extremamente convincentes, especialmente no que diz respeito a sua atuação com os povos indígenas, quando preocupou-se em estabelecer uma política indigenista no país, em um momento em que se prognosticava o extermínio dos povos indígenas diante o avanço de frentes expansionistas. Na análise de Oliveira Filho (1995, p. 65),

Rondon criticou ferozmente as práticas de extermínio bem como de uma assimilação dirigida e acelerada (como faziam algumas missões religiosas), defendendo ao contrário um tratamento humanitário aos silvícolas, que lhes permitisse no curso de algumas gerações ascender dos “princípios fetichistas” ao “pensamento científico”. Em uma perspectiva geopolítica, os índios eram pensados como os guardiães das fronteiras políticas da nação, pois,



embora fossem os habitantes dos rincões mais afastados do país, eram conceituados como “os primeiros brasileiros” e viviam sob uma tutela direta do Estado.

No dia 5 de Maio é celebrado o Dia Nacional das Comunicações, data escolhida em homenagem ao nascimento de Marechal Rondon, uma das principais figuras da difusão dos sistemas de comunicação no Brasil. Por esse motivo, por vezes, a referida data é mencionada como “Dia de Rondon”. Mas, como trabalham as escolas sobre alguns heróis oficiais? E se um professor do ensino fundamental e médio pedisse aos seus alunos para escrever uma lista de heróis nacionais, Rondon seria lembrado? E por qual motivo o personagem nascido em Mimoso, Mato Grosso, estaria na lembrança dos alunos? Nossos alunos conhecem a história de Rondon? São sabedores de sua contribuição?

## APLICABILIDADE DA LEI N. 11.645

Este texto, que traz uma parte da resenha do livro *A temática indígena em sala de aula*, organizado por Edson Silva e Maria da Penha da Silva (2013), discute a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oriunda da alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. O instrumento jurídico institui diretrizes e bases para a educação nacional, a fim de levar ao currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Ainda que estudos e pesquisas demonstrem que a obrigatoriedade da lei não tenha surtido os efeitos desejados, não se pode negar que o dispositivo legal vem instigando a produção de artigos, livros, dissertações e teses sobre histórias e culturas afro-brasileira e indígena. Entretanto, ainda que a produção acadêmica direcionada aos povos indígenas seja quantitativamente expressiva e qualitativamente reconhecida no âmbito científico, um dos impecílios se dá porque essa produção:

[...] ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas, frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada. Dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil. (GRUPIONI, 1994, p. 13).

Do mesmo prisma, no que tange a abordagem de temas que versam sobre o estudo dos povos indígenas no ensino fundamental e médio, objeto desta análise, podem ser citados: *A temática indígena na escola: subsídios para professores* (2011), de Funari e Pinõn, *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas* (2014), organizado por Collet, Paladino e Russo, e *Ensino (d)e história indígena* (2015), sob a organização de Luisa Tombini Wittmann.

Publicações anteriores à Lei 11.645/ 2008 devem ser destacadas e, ainda que não estejam no mercado editorial e nas mãos de professores, alunos e demais pesquisadores no tempo necessário para obter o adjetivo “clássicas”, já alcançaram o merecimento para tal. Nessa esfera podem ser referidos os livros “*A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*” (1987), sob a orientação de Aracy Lopes da Silva, e “*A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*” (1995), coletânea de artigos organizada por Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupioni.

Nos dois blocos, livros anteriores e posteriores à promulgação da Lei n. 11.645/ 2008, podem ser verificadas preocupações comuns: difundir informações corretas sobre as histórias e culturas dos indígenas, apresentar uma historiografia sobre povos indígenas que não legitime a visão do colonizador, desconstruir conhecimentos que coloquem os indígenas somente no tempo pretérito e sob a ótica do folclore, resultante de processos de “aculturação”. Também têm como propósito, instigar professores à prática da pesquisa que busque materiais diversos que versem sobre os povos indígenas: livros (inclusive os paradidáticos escritos por índios e não índios), filmes, músicas e sites.

Esses procedimentos constróem, certamente, o respeito pela diferença, a neutralização do preconceito, inseridos em uma organização escolar e curricular com base em componentes estéticos, políticos e éticos. Na trilha dos Parâmetros Curriculares Nacionais, orientam-se em atender aos princípios orientadores da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Amparam-se, portanto, na experiência humana do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser. No ensino desses procedimentos, a temática indígena passa a ser entendida como de responsabilidade de todos nós e deve, ainda, resultar de atitudes que repudiam a discriminação e o preconceito.

À vista do que apresentamos, une-se ao conjunto de livros *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei*

11.645/2008 (2013), sob a organização de Edson Silva e Maria da Penha da Silva, recentemente lançado em sua segunda e merecida edição. Como os demais, disponibiliza artigos que, sem dúvida, contribuem para o trabalho qualificado de professores, ao abordar temáticas indígenas e a aplicação da lei em discussão. Portanto, rompe com conteúdos que se contentam simplesmente em atender efemérides escolares, quase sempre descontextualizadas e fundadas em princípios positivistas e colonialistas.

Sem pretender colocar um ponto final na temática indígena destinada ao trabalho docente em sala de aula, os livros aqui elencados primam por lançar luzes às vidas, à personagens protagonistas, reais ou idealizados, desse vasto lugar que passou a ser chamado de Brasil. Em espaços e tempos distintos, os estudos demonstram, num ato político de reafirmação de identidades indígenas, um país que “se descobre plural”, “de muitos rostos”. Para além de atender ao dispositivo legal em epígrafe, especialmente o Art. 26-A, que institui que nos “estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, os livros possibilitam um “repensar a História do Brasil”. Nesse percurso, em merecido relevo, leem-se as diversidades culturais que discutem o ser índio, no passado e no presente.

## NÃO SE MATA NA MATA: LEMBRANÇAS DE RONDON

Nas escolas da rede pública e privada pouco se estuda sobre os povos indígenas. Livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio ainda pecam pelos poucos conteúdos, em contraste com um país onde há aproximadamente 817.000 índios que habitam áreas urbanas e rurais (IBGE, 2013), distribuídos em 215 etnias e falantes de 180 línguas. Estudos sobre demografia indígena informam que:

São ainda muito pouco conhecidas as mais diversas dimensões da dinâmica demográfica seja natalidade, mortalidade ou migração dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. Se essa assertiva se aplica plenamente ao conjunto dos povos indígenas, torna-se ainda mais contundente em face da diversidade dessas sociedades. São mais de 200 povos, falantes de aproximadamente 180 línguas, distribuídos em praticamente todo o território nacional, em áreas rurais e urbanas, com características sociais e culturais, bem como com trajetórias históricas, econômicas e políticas, as mais diversas. (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005, p. 11).

Em relação a Mato Grosso, por exemplo, a estranheza permanece, mesmo que se caracterize por ser extremamente rico em diversidade cultural indígena. De acordo com dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), são 51 povos indígenas, número que coloca o Estado em segundo lugar em etnias, ficando após o Amazonas. Informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que, da população que se autodeclarou indígena no Censo de 2010, 42.538 pessoas são de Mato Grosso, número que representa 5,2% do total da população brasileira indígena. Em nível estadual, os dados apontam que os índios representam 1,4% da população, que atualmente tem pouco mais de 3 milhões de habitantes” (IBGE, 2013).

A representação do índio, um processo de significação histórica, é socialmente construída e envolta por relações de poder (HALL, 1997). Nesse sentido, o índio nos livros didáticos vem sendo representado mais como uma ilustração de conteúdos sobre a diversidade cultural brasileira, junto a outros agentes sociais, do que como um dos importantes formadores do povo brasileiro.

Desafios se instalam em virtude de se verificar o pouco interesse por parte das escolas em incluir nos conteúdos, principalmente das disciplinas das áreas das ciências humanas, a questão indígena. A justificativa recai para o vácuo existente em relação aos materiais disponíveis, pois os professores das escolas não indígenas “muitas vezes não têm informações suficientes ou bem balizadas sobre os índios, embora a cultura indígena faça parte do nosso cotidiano” (FUNARI; PIÑON, 2011, p. 25). Como se observa, a rica diversidade cultural indígena no país ainda não consiste em um excelente motivo para que a temática seja contemplada nas disciplinas ofertadas tanto no Ensino Fundamental como no Médio.

A formação continuada de professores direcionada à temática afro-brasileira e indígena recebe pouca atenção do governo federal. No que diz respeito às histórias e culturas indígenas, os recursos didáticos são ainda mais escassos quando comparados aos afro-brasileiros:

Os livros didáticos dedicam pouca atenção a tais temáticas e em muitos casos, infelizmente, ainda reproduzem os estereótipos acima mencionados. Quanto aos livros e materiais “alternativos”, como aqueles produzidos por autôres indígenas que se dirigem ao público infanto-juvenil, têm circulação e divulgação muito limitadas e, em sua maioria, são desconhecidos pelos professores. (COLLET, PALADINO; RUSSO, 2014, p. 7).

A Lei n. 11.645/ 2008 vem reforçar – na forma de obrigatoriedade – o que dizem os Temas Transversais dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), Pluralidade Cultural (BRASIL, 1997, p. 19), quando associa:

[...] ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Quais as condições básicas que o tema transversal da Pluralidade Cultural pode oferecer aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ávidos por respostas às inquietudes que permeiam sua prática pedagógica em relação à aplicabilidade da Lei 11.645?

Criar na escola um ambiente de diálogo cultural, baseado no respeito mútuo; perceber cada cultura na sua totalidade: os fatos e as instituições sociais só ganham sentido quando percebidos no contexto social em que foram produzidos; e uso de materiais e fontes de informação diversificadas: fontes vivas, livros, revistas, jornais, fotos, objetos – para não se prender a visões estereotipadas e superar a falta ou limitação do livro didático. (BRASIL, 1997, p. 95).

Por mais que o tema transversal da Pluralidade Cultural esteja justificado e embasado conceitualmente nos PCNs, o livro não apresenta sugestões de atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. O item Orientações Didáticas limita-se a discorrer sobre as condições básicas para o desenvolvimento da temática e a perspectiva da pluralidade no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental.

Nesse percurso teórico, o livro infanto-juvenil *Não se mata na mata: lembranças de Rondon* (2008), de autoria de Ana Maria Machado, envolto nos fios de buriti de uma rede de dormir<sup>21</sup>, pode ser um rico instrumental para o cumprimento da Lei 11.645/2008. Isso, porque discorre sobre a atuação de Cândido Mariano da Silva Rondon junto aos povos indígenas. Nele recebem destaques a biografia de Rondon e sua atuação junto aos povos indígenas a partir da construção das Linhas Telegráficas que partiram de Mato Grosso e chegaram ao Amazonas, iniciada em fins do século XIX.

---

21 Todas as páginas no livro são emolduradas pelo traçado de uma rede de dormir, confeccionada com fios da palmeira de buriti.

O conjunto da obra literária da escritora carioca Ana Maria Machado, que ocupa a Cadeira nº 1 da Academia Brasileira de Letras, direciona-se aos adultos, jovens e crianças. Dentre centenas de livros, com a temática indígena, destacam-se *Uma arara e sete papagaios* e *Menino Poti*, ambos da coleção Mico Maneco e publicados em 1988, *De olho nas penas*, de 1981<sup>22</sup> e *Não se mata na mata: lembranças de Rondon*, de 2008, este selecionado para análise desta proposta.

O livro pode ser dividido em duas partes: a primeira, com menor número de páginas, versa sobre a vida de Rondon, desde menino, quando ficou órfão, até a construção das Linhas Telegráficas, sua segunda parte. As últimas páginas são reservadas às biografias de Maria Inês Martins, arquiteta que se responsabiliza pela ilustração do livro, e da própria autora.

O que mais chama a atenção na narrativa de Ana Maria Machado é a forma pela qual apresenta o “herói nacional”, ainda que não faça uso do termo. Isso porque o trabalho de Rondon, desenvolvido junto ao governo brasileiro e aos indígenas, vem contextualizado, explicado, e não com nomes, datas e fatos isolados, como um dos procedimentos do ensino de história sob o viés positivista. A vida e obra de Rondon, como propõe a autora, são construídas no desenrolar da história política do Brasil. Mesmo a famosa frase “Morrer se preciso for. Matar nunca”! (MACHADO, 2008, p. 22) inscreve-se no texto dentro de uma perspectiva histórica de contato com os índios da etnia Nambikwara, habitantes de terras a oeste de Mato Grosso, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Ainda que a autora use o termo “branco” para designar pessoas não índias<sup>23</sup>, o livro consiste em um precioso instrumento para discutir a temática indígena em sala de aula e não somente para comemorar o Dia das Comunicações, 5 de maio, dia de nascimento de Rondon. O texto pode proporcionar o desenvolvimento de diversas ações pedagógicas para o conhecimento do Brasil, do final do período Imperial das primeiras décadas do republicano, finalizando com a decadência do telégrafo em decorrência do advento do telégrafo sem fio e, a seguir, do rádio.

---

22 Este livro foi ganhador de vários prêmios, a saber: Prêmio Casa de las Américas/Literatura Brasileira/ Havana/Cuba, 1981; melhor livro infantil do ano/Associação Paulista de Críticos de Arte, 1981; Selo de Ouro/melhor livro juvenil do ano/Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 1981. Também foi publicado em espanhol, sueco, dinamarquês e norueguês.

23 Atualmente, grande parte da historiografia emprega as expressões “não índio” e “não indígena” para se referir a todos aqueles que não se sentem pertencentes a uma coletividade indígena.



Ana Maria Machado vai mais longe... Longe no sentido de extrapolar o recorte temporal que se propõe a apresentar Rondon aos jovens e crianças. Isso porque principia uma discussão sobre o entendimento da formação do povo brasileiro. Isso se dá ao término do livro, no último parágrafo:

Mas ainda bem que Rondon topou entrar pela mata adentro para construir a rede telegráfica. Graças a ele, apesar de todos os perigos e ameaças, e de uma história de violência, os índios passaram a ter algum tipo de proteção em seus contatos com o resto da nação. E nós pudemos nos conhecer melhor. (MACHADO, 2008, p. 26).

Ao final da leitura do livro *Não se mata na mata: lembranças de Rondon* e das atividades propostas pelo professor em sala de aula, torna-se possível compreender os feitos do personagem central de Ana Maria Machado. Quem sabe Rondon poderá fazer parte das listas de “heróis” de alunos do ensino fundamental e médio?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revelou o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em relatório com dados de 2014, que:

[...] a população indígena brasileira foi um dos segmentos mais atingidos por graves violações de direitos humanos no período pesquisado e reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro no esbulho de suas terras. E, ainda, que a “não demarcação é o foco central gerador das graves violências. (CIMI, 2014)

Livros paradidáticos são preciosos. Podem propor novos subsídios para professores de 1º e 2º graus, com a finalidade de elucidar temas relacionados à diversidade cultural dos povos indígenas na contemporaneidade e na condução da temática em sala de aula, atendendo aos preceitos da Lei n. 11.645/ 2008. Ao trabalhar a diversidade das culturas existentes no país e a comprovar, dentre outras, a assertiva do antropólogo Roque de Barros Laraia: “nossos contemporâneos indígenas”.

O livro de Ana Maria Machado, intitulado *Não se mata na mata: lembranças de Rondon*, pode ser um instrumento precioso para um início de conversa sobre os povos indígenas que atualmente habitam o Brasil e das políticas indigenistas a eles direcionadas. A utilização de obras literárias que versam sobre a temática indígena é um caminho

a conduzir os alunos à reflexão sobre suas visões, antes e depois de ler e analisar o livro aqui discutido. Entretanto, não é suficiente apenas indicar a leitura aos alunos. É necessário que os professores conduzam-nos à problematização das informações contidas no livro, para que possam compreender as razões da atuação de Rondon junto aos indígenas e, principalmente, desconstruir possíveis preconceitos, estereótipos e atitudes de discriminação.

## REFERÊNCIAS

- BOLOGNESI, Luiz; PUNTONI, Pedro. *Meus heróis não viraram estátua*. São Paulo: Ática, 2012.
- BRASIL. *Decreto-lei N° 5.540, de 2 de julho de 1943*. Considera “Dia do Índio” a data de 19 de abril. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15540.htm). Acesso em 10.07.2016.
- BRASIL. *Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em 10.07.2016.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CIMI. Relatório “*Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*”, dados de 2014. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>. Acesso em 01.10.2016.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014 (Traçados, 3).
- FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada. In: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994, p. 13-28.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução de T. T. da Silva e G. L. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- IBGE. *Brasil Indígena*. Fundação Nacional do Índio; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.funai.gov.br/arqui->

vos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf. Acesso em 14.10.2016.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4ª ed. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 (Coleção Repertórios).

MACHADO, Ana Maria. *Não se mata na mata*. Lembranças de Rondon. São Paulo: Mercúryo Jovem, 2008.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 4ª ed. São Paulo: Contexto (Repensando a História).

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *A temática indígena na escola*. novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: MEC; MARI; UNESCO, 1995, p. 61-86.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. [on line]. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2005, p. 11-32. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/qdgqt/pdf/pagliari-9788575412541.pdf>. Acesso em 08.10.2016.

PLATÃO. *Defesa de Sócrates*. 2ª ed. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 3-27. (Os Pensadores).

SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (Orgs.). *A temática indígena na escola*. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Orgs.). *A temática indígena na sala de aula*. Reflexões pra o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Coleção Práticas Docentes).

